

AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A

Relatório de revisão das informações contábeis
intermediárias

Referente ao 1º trimestre do exercício de 2021.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem



Russell Bedford

taking you further

RELATÓRIO DE REVISÃO DAS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Aos

Acionistas e aos Conselheiros da

AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A - SPA

Santos – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da **AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A – SPA** referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21(R4) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve acreditar que as informações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR).

Ênfases

Déficit Atuarial

Conforme Nota Explicativa nº 18.1, a Companhia é patrocinadora, juntamente com outras empresas do sistema portuário nacional de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a funcionários, através do PORTUS – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. O passivo atuarial de responsabilidade da patrocinadora SPA registrado no Balanço Patrimonial é de R\$ 372.441 mil em 31 de março de 2021 (R\$ 433.745 mil em 31 de dezembro de 2020), as informações atuariais são de responsabilidade de empresa de consultoria Rodarte Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda. O valor de R\$ 2.442 mil em 31/ de março de 2021 (953 mil em 31 de dezembro de 2020) registrados como Plano de pensão – contribuição mensal, é relativo à contribuições mensais devidas ao PORTUS referente ao mês de março de 2021. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Plano de Pensão

Conforme Nota Explicativa nº 18.2, a Patrocinadora SPA assumiu no ano de 2020 a responsabilidade de arcar com os valores devidos ao Plano de Pensão - PBP1, a título de contrapartida à redução de direitos decorrentes da alteração regulamentar, em 31 de março o montante é de R\$ 490.914 mil (R\$ 487.416 mil em 31 de dezembro de 2020). O pagamento inicial de 20% do saldo devedor foi efetuado em 22 de junho de 2020 no montante de R\$ 117.821 mil e o saldo devedor de 80% será liquidado em 180 parcelas mensais e sucessivas, com amortização calculada pelo sistema Price, taxa de juros mensal de 0,39% (equivalente à taxa anual de 4,81%), acrescido da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.



Russell Bedford

taking you further

Outros assuntos

Valores correspondentes

As informações contábeis intermediárias da Companhia para o trimestre findo em 31 de março de 2020 apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 21 de maio de 2020 e as demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram auditadas por nós e emitimos relatório em 26 de março de 2021 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

São Paulo, 13 de maio de 2021.

RUSSELL BEDFORD BRASIL
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA:90238435091
5091

Assinado de forma digital
por ROGER MACIEL DE
OLIVEIRA:90238435091
Dados: 2021.05.13 15:50:14
-03'00'

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(em milhares de reais)

ATIVO	Notas	31/03/2021	31/12/2020	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	31/03/2021	31/12/2020
Circulante		<u>1.047.160</u>	<u>963.434</u>	Circulante		<u>568.368</u>	<u>562.589</u>
Caixa e equivalentes de caixa.....	5	939.584	859.861	Salários, provisão de férias e encargos sociais	16	44.097	43.798
Valores vinculados à aplicação em infraestrutura	6	12.598	12.589	Fornecedores e prestadores de serviços.....		29.204	42.734
Contas a receber de clientes, líquidas	7	83.236	82.627	Impostos e contribuições	17	29.562	30.055
Estoques.....		432	398	Plano de pensão - contribuição mensal.....		2.442	953
Créditos tributários.....	8	9.458	6.227	Plano de Pensão - termo de compromisso financeiro.....	18.2	34.450	33.615
Outros créditos.....	15	1.852	1.732	Obras efetuadas por arrendatários	19	23.541	22.255
				Provisão trabalhistas, cíveis e tributários	20	379.716	367.773
				Outras obrigações	23	25.356	21.406
Não Circulante		<u>2.657.221</u>	<u>2.670.422</u>	Não Circulante		<u>2.767.662</u>	<u>2.834.753</u>
Realizável a Longo Prazo		<u>1.030.771</u>	<u>1.035.271</u>	Provisão trabalhistas, cíveis e tributários	20	104.119	103.926
Contas a receber de clientes, líquidas	7	34.178	47.190	Receita diferida.....	21	782.326	791.270
Direitos contratuais de arrendamento - Outorga...	7	400.152	390.480	Obras efetuadas por arrendatários	19	105.187	104.625
Partes relacionadas.....	9	1.076	5.953	Plano de pensão déficit atuarial.....	18.1	372.441	433.745
Depósitos judiciais	10	147.662	134.670	Plano de pensão - termo de compromisso financeiro.....	18.2	456.464	453.801
Bens destinados à alienação.....	11	192	181	Benefícios a empregados.....	18.3	76.916	81.307
Imposto de renda e contribuição social diferidos..	31	447.162	456.509	Créditos da União para aumento de capital.....	22	870.209	866.079
Outros créditos.....	15	349	288			-	-
Imobilizado.....	12	1.623.337	1.631.347	Patrimônio Líquido		<u>368.351</u>	<u>236.514</u>
Intangível.....	13	3.113	3.804	Capital social.....	24	1.414.100	1.414.100
				Prejuízos acumulados.....		(1.061.704)	(1.132.493)
				Outros resultados abrangentes		15.955	(45.093)
TOTAL DO ATIVO		<u>3.704.381</u>	<u>3.633.856</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>3.704.381</u>	<u>3.633.856</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 e 2020
(em milhares de reais)**

	Nota	01/01/2021 a 31/03/2021	01/01/2020 a 31/03/2020
Receita líquida	25	253.189	246.332
Custo dos produtos e dos serviços prestados.....	26	(79.056)	(82.759)
Lucro bruto.....		174.133	163.573
Outras receitas (despesas) operacionais		(52.606)	(87.890)
Despesas administrativas e gerais	27	(46.617)	(45.550)
Outras receitas operacionais	28	1.605	354
Outras despesas operacionais	29	(7.594)	(42.694)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		121.527	75.683
Resultado financeiro		(14.512)	(1.765)
Receitas financeiras	30	12.286	9.772
Despesas financeiras	30	(26.798)	(11.537)
Lucro (prejuízo) operacional antes dos impostos.....		107.015	73.918
Imposto de renda e Contribuição Social.....	31	(36.226)	(37.251)
Corrente		(26.878)	(28.229)
Diferido.....		(9.348)	(9.022)
Lucro (Prejuízo) do período.....		<u>70.789</u>	<u>36.667</u>
LUCRO (PREJUÍZO) POR LOTE DE MIL AÇÕES		0,26	0,13

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Lucro (Prejuízo) do período.....	70.789	36.667
Ganhos (Perdas) atuariais com plano de pensão de benefício definido.....	51.883	(102.961)
Ganhos (Perdas) atuariais com plano de saúde.....	8.209	-
Ganhos (Perdas) atuariais - complementação de aposentadorias.....	956	-
Resultado abrangente	<u>131.837</u>	<u>(66.294)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS PERÍODOS FINDOS EM 31/12/2020 E 31/03/2021
(em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	RESERVAS DE LUCROS RESERVA LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS	LUCROS (PREJÚZOS) ACUMULADOS	TOTAIS
SALDOS EM 31/12/2019	1.414.100	(102.961)	-	-	(1.334.976)	(23.837)
Resultado do exercício.....	-	-	-	-	202.483	202.483,00
Ajuste de avaliação patrimonial - plano de pensão.....	-	66.173	-	-	-	66.173,00
Ajuste de avaliação patrimonial - plano de saúde.....	-	(2.725)	-	-	-	(2.725,00)
Ajuste de avaliação patrimonial - complementação de aposentadorias	-	(5.580)	-	-	-	(5.580,00)
SALDOS EM 31/12/2020	1.414.100	(45.093)	-	-	(1.132.493)	236.514
Resultado do período de 01/01./2021 a 31/03/2021.....	-	-	-	-	70.789	70.789
Ajuste de avaliação patrimonial - plano de pensão.....	-	51.883	-	-	-	51.883
Ajuste de avaliação patrimonial - plano de saúde.....	-	8.209	-	-	-	8.209
Ajuste de avaliação patrimonial - complementação de aposentadorias.....	-	956	-	-	-	956
SALDOS EM 31/03/2021	1.414.100	15.955	-	-	(1.061.704)	368.351

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31/03/2021 E 31/03/2020

	31/03/2021	31/03/2020
Lucro líquido do exercício	70.789	36.667
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa oriundo das atividades operacionais		
- Depreciação e amortização	10.335	11.126
- Perda no valor recuperável de ativos - Impairment	-	-
- Valor residual de ativos baixados	380	5
- Provisões Trabalhistas, civéis e tributárias.....	12.135	9.055
- Provisão com perdas de crédito esperadas.....	5.569	-
- Provisão contas a pagar	10.795	-
- Provisão plano de desligamento incentivado.....	-	13.614
- Resultado atuarial com plano de pensão e benefícios a empregados.....	(91)	19.931
- Provisão/(Reversão) de depósitos judiciais.....	16.398	-
- Apropriação de receitas diferidas.....	(8.724)	(6.207)
- Juros, variação monetária e encargos financeiros não realizados.....	(5.543)	8.472
- Imposto de renda diferido	9.348	9.022
Redução (aumento) de ativos		
Valores vinculados à aplicação em infraestrutura	(9)	(191)
Contas a receber de clientes, líquidas	6.834	(7.804)
Estoques.....	(34)	48
Créditos tributários.....	(3.231)	2.070
Partes relacionadas	4.877	340
Depósitos judiciais	(29.388)	(9.155)
Outros ativos.....	(181)	243
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores e prestadores de serviços	(24.326)	(3.319)
Salários, provisão de férias e obrigações sociais	299	85
Impostos e contribuições.....	(491)	5.046
Plano de Pensão e benefícios a empregados	431	(3.899)
Obras efetuadas por arrendatários.....	1.849	(1.595)
Receita diferida	(220)	(220)
Outros passivos.....	3.947	(1.020)
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais.....	81.748	82.314
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativos imobilizados.....	(2.025)	(340)
Venda de imobilizado	-	-
Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades de investimentos	(2.025)	(340)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Recursos de acionistas	-	1
Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades de financiamentos	-	1
Total dos fluxos de caixa das atividades	79.723	81.975
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	79.723	81.975
Caixa e equivalentes de caixa no início do período.....	859.861	561.662
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	939.584	643.637

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 2020
em milhares de reais, exceto pela nota nº 32**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autoridade Portuária de Santos S/A, doravante denominada "SPA" ou "companhia", é uma empresa pública, com 99,99999984% do capital integralizado pela União com prazo de duração indeterminado, que se rege pelas normas de direito privado e, especificamente, pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pelo Estatuto Jurídico das Estatais, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 e demais alterações posteriores e por seu Estatuto Social.

Fatos Relevantes

O Porto de Santos foi homologado pela Marinha do Brasil, em 23 de fevereiro de 2021, para receber navios de 366 metros, as maiores embarcações previstas para a Costa Leste da América do Sul (o limite anterior em Santos era de embarcações de até 340 metros). A SPA, em processo que envolveu também a Praticagem de São Paulo e a Universidade de São Paulo (USP), estudou e realizou simulações de manobrabilidade, interação hidrodinâmica e planos de amarração, comprovando a viabilidade de tráfego dessas embarcações no canal de navegação.

Essa autorização favorece significativamente as condições para o aumento da produtividade e ampliação da capacidade de movimentação, em especial, as cargas containerizadas, além de consolidar a vocação de Santos como hub port da América do Sul. Com quase 30% da corrente de comércio nacional, o complexo portuário santista já se prepara para maiores movimentações de contêineres, com as ampliações previstas dos terminais já existentes e o planejamento da destinação de outras duas áreas, alinhados ao contexto de crescimento e desenvolvimento previstos no Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto de Santos, aprovado em 2020.

2. EFEITOS DA PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19

Diante do cenário de continuidade da pandemia, para o trimestre findo em 31 de março de 2021, a SPA segue priorizando ações que possam prevenir e mitigar os efeitos adversos em suas operações.

A despeito do contexto desafiador dos impactos econômicos proporcionados pela pandemia, as operações no Porto de Santos mantiveram elevado nível de atividade, dando seguimento ao desempenho verificado em 2020. Favorecido tanto pelo bom

desempenho de exportações, como pela recuperação das importações, o fluxo de cargas atingiu novo recorde para o período e registrou crescimento de 11,1% em relação ao 1T20.

A Companhia prossegue pautando sua atuação adotando medidas tempestivas que visam preservar a saúde de seus colaboradores e as atividades do complexo portuário de Santos. Vale destacar a atuação da Célula de Crise, de caráter multidisciplinar e em contato direto com as principais autoridades do Porto (Capitania dos Portos de São Paulo – CPSP, Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, Agência Nacional de Transportes Aquaviários – Antaq, Polícia Federal – PF), com objetivo de monitorar constantemente os riscos advindos da evolução da pandemia, assim como planejar e implementar ações coordenadas que se façam necessárias para prevenir ou mitigar seus efeitos.

A implementação do home office para parte dos funcionários administrativos e todos os integrantes de grupos de risco tem se revelado eficaz. Ao longo do 1º trimestre de 2021, aproximadamente 16% dos colaboradores atuaram de forma remota ou estiveram afastados. Mesmo diante desse quadro desafiador a empresa conseguiu adequar suas operações e suportar com eficiência o elevado nível de atividade e movimentação do período. Ao mesmo tempo, persistimos na intensificação de todos os protocolos de saúde e segurança, além de ações de comunicação, conscientização e formação de multiplicadores de informações nos postos de trabalho.

Em relação ao contas a receber, como resultado das análises, não foi identificada necessidade de constituir provisões adicionais nas operações até o presente momento. Os indicadores de inadimplência estão próximos de zero e não há sinais de piora no horizonte.

Apesar dos excelentes indicadores alcançados, permanecemos atentos a quaisquer alterações de cenário. Os resultados registrados no 1º trimestre de 2021 seguem refletindo o profissionalismo de uma gestão técnica e focada no aumento da eficiência, a robustez do agronegócio nacional, a recuperação das importações e a resiliência do setor portuário. A movimentação de contêineres (segmento que transporta as cargas de maior valor agregado) registrou crescimento de 17,9% na comparação entre janeiro a março de 2021 com o mesmo período de 2020 e atingiu a marca histórica de 1,2 milhão de TEU (medida padrão para um contêiner de 20 pés).

Seguimos focados para estruturar as operações de forma a viabilizar com a máxima eficiência a infraestrutura necessária para o escoamento da diversificada pauta de exportações e a recepção das importações.

De acordo com as estimativas da Administração e com o acompanhamento dos impactos da pandemia, não há efeitos que devessem ser registrados nas informações nem há efeitos na sua continuidade operacional e/ou estimativas da Companhia que justificassem registro de provisões, além daquelas já divulgadas. A SPA continuará monitorando e avaliando os impactos da pandemia.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 13 de maio de 2021.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS:

Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas para atualizar os usuários sobre os eventos relevantes ocorridos no trimestre findo em 31/03/2021 e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. As políticas contábeis, estimativas e julgamentos contábeis e métodos de mensuração são os mesmos que os adotados na elaboração das últimas demonstrações financeiras anuais e estão detalhadas em notas explicativas específicas.

Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações Financeiras são apresentadas em Real (R\$), moeda funcional da sociedade e de apresentação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. As normas atuais estabelecem requerimentos para a classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros.

a) Perda no valor recuperável dos ativos financeiros (Impairment):

As perdas de crédito esperadas (PCE) são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos mercantis.

b) Classificação e mensuração de ativos financeiros:

Os ativos financeiros devem ser classificados em uma de três categorias estabelecidas pelas normas contábeis: mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. A classificação é baseada nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo.

A Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos financeiros da Companhia incluídos na categoria de custo amortizado compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, créditos com partes relacionadas e contas a pagar com empreiteiros e fornecedores.

Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelos serviços prestados no curso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificadas como não circulantes.

Reconhecimento de perdas de crédito esperadas

Perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos mercantis. Uma provisão para redução do valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Companhia não irá arrecadar todos os valores devidos de acordo com os termos originais, considerando também parecer dos advogados da Companhia nos valores que envolvam análise dos processos judiciais e seguindo as normas contidas no CPC-48.

Estoques

Os estoques compreendem os materiais destinados ao consumo e à manutenção das atividades e são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização, e estão classificados no ativo circulante.

Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo valor de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, sendo utilizados 90% da taxa prevista para a expectativa de vida útil do bem.

Impairment

A Companhia procede ao cálculo e registro do Impairment, conforme determina a NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, ao término do exercício social,

registrando em seus demonstrativos contábeis. O teste de recuperabilidade em seu ativo imobilizado, abrange 03 unidades geradoras de caixa – UGC, assim denominadas:

- **Sistema Porto**
Engloba todas as atividades relativas as operações de carga e descarga mediante a cobrança de tarifas portuárias e arrendamentos de áreas objeto de licitações com a celebração de instrumentos contratuais;
- **SEP (Sistema Elétrico de Potência):** Aos usuários do Porto é disponibilizado energia elétrica – geração, transmissão e distribuição – através da Usina Hidreletrica de Itatinga situada no município de Bertioga;
- **Estações de Tratamento de Água e Esgoto:**
A SPA efetua a prestação de serviços de água tratada e de esgoto no âmbito do Porto Organizado de Santos.

Intangível

O intangível é composto apenas de licenças de uso de software e são capitalizadas com base nos custos de aquisição e demais custos de implementação. As amortizações são registradas de acordo com a vida útil e os gastos associados à sua manutenção são reconhecidos como despesas, quando incorridos.

Partes Relacionadas

É a parte que está relacionada com a entidade, direta ou indiretamente, por meio de um ou mais intermediários, quando a parte: (i) controlar, for controlada por, ou estiver sob o controle comum da entidade (isso inclui controladoras ou controladas); (ii) tiver interesse na entidade que lhe confira influência significativa sobre a entidade; ou (iii) tiver controle conjunto sobre a entidade, conforme Política de Transações com Partes Relacionadas da SPA, aprovada pelo Conselho de Administração em 28/03/2018.

Passivo circulante e não circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridas até a data da elaboração das demonstrações financeiras, sendo considerados no passivo circulante as obrigações com vencimentos até 360 dias e no passivo não circulante as obrigações cujo o vencimento seja superior a 360 dias.

Fornecedores e prestadores de serviços

As contas a pagar aos empreiteiros e fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso das atividades operacionais e estão reconhecidas inicialmente ao valor justo, que corresponde ao valor da fatura e subsequentemente ao custo amortizado, sendo classificadas como passivos circulantes,

exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, sendo apresentadas neste caso, como passivo não circulante.

Salários, encargos e contribuições sociais

Os salários, férias, 13º salário, participação nos resultados, adicionados dos encargos e contribuições sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

Operações de Arrendamento Mercantil – IFRS 16 – CPC 06 (R2)

O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores.

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo nos quais todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento.

A companhia adotou as isenções previstas na norma relativas ao reconhecimento de arrendamentos de curto prazo e arrendamentos cujo ativo subjacente é de baixo valor, não havendo impacto tributário no ano calendário.

Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza.

Receita Diferida

A Companhia possui em vigência diversos contratos de arrendamento, nos quais os arrendatários efetuam pagamento à SPA em parcelas mensais e trimestrais do aluguel pela exploração da área durante a vigência do contrato. Os valores das outorgas são contabilizados como receita diferida e reconhecidos à receita, em bases lineares, pela fruição do prazo de vigência do contrato.

Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos contingentes não são reconhecidos e são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a

entrada de benefícios econômicos seja praticamente certa, o ativo relacionado deixa de ser um ativo contingente e é efetuado o seu reconhecimento.

Os passivos contingentes são reconhecidos quando são considerados como de perda provável pela área jurídica da sociedade e divulgados em nota explicativa quando são classificados como de perda possível.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, a provisão não é demonstrada líquida dos depósitos judiciais.

Imposto de Renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação e alíquotas vigentes no final do período que está elaborada as demonstrações financeiras.

Imposto de Renda e contribuição social diferidos

São reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, considerando as alíquotas efetivas vigentes na data da elaboração das demonstrações financeiras. O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos fiscais não utilizados quando seja provável a existência de lucro tributável e está previsto no pronunciamento Ibracon NPC 25 e no CPC 32.

O reconhecimento dos créditos fiscais diferidos ativos leva em consideração avaliações de incertezas sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro no contexto de leis fiscais aplicáveis, bem como na projeção de lucro tributável para os exercícios subsequentes, sendo tal projeção revisada anualmente por ocasião do encerramento do exercício corrente. A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros e que não ultrapassam dez anos.

Os créditos fiscais diferidos ativos são reconhecidos com base na projeção de lucro tributável nos exercícios subsequentes e serão realizados na proporção da realização.

Tributos sobre receitas

As receitas tarifárias e de arrendamento de áreas estão sujeitas à incidência do Pis – Programa de integração social e da Cofins – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, pelo regime de competência, calculadas pelas alíquotas de 1,65% e 7,60%, respectivamente. Esses tributos são apurados pelo regime da não cumulatividade, e os créditos decorrentes da não cumulatividade, são apresentados como conta redutora da respectiva despesa que ensejou o crédito. As receitas de serviços, possuem à incidência de ISS, calculado com alíquotas de 5%, recolhido para as prefeituras de onde o serviço foi realizado. Quando da emissão de faturas de energia elétrica, há a incidência de ICMS, com uma alíquota de 18%.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidados após o vencimento e os ganhos com aplicações financeiras, e além de variações monetárias de outorgas a receberão. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos com os passivos assumidos pela sociedade ou outras transações financeiras.

Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use estimativa e premissas que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, perdas de crédito esperadas e provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis. A liquidação poderá resultar em valores diferentes dos estimados, considerando as imprecisões decorrentes dos procedimentos de sua determinação.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**a) Caixa e equivalentes de caixa**

Representam numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e bancos	<u>9.481</u>	<u>15.407</u>
Aplicações financeiras	<u>930.103</u>	<u>844.454</u>
Totais	<u>939.584</u>	<u>859.861</u>

b) Natureza das aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por cotas em fundo de investimento de renda fixa. Conforme Resolução 3284 de 25/05/2005, alterada pela Resolução 4034, de 30/11/2011, do BACEN, a aplicação das disponibilidades somente pode ser efetuada em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal, pelo Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados. As aplicações são registradas pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo seu valor de mercado/realização.

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fundo de renda fixa – BB	700.819	618.114
Fundo de renda fixa – CEF	229.284	226.340
Total	<u>930.103</u>	<u>844.454</u>

6. VALORES VINCULADOS À APLICAÇÃO EM INFRAESTRUTURA

O Governo Federal, por meio do Banco do Brasil, remete valores previstos no orçamento de investimentos da SPA, cuja contrapartida é efetuada em créditos da União para aumento de capital. A nota explicativa nº 23 complementa a informação em relação aos valores recebidos. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, os recursos são utilizados estritamente para pagamento de obras ou aquisições previstas nas ações do orçamento de investimento com recursos do Tesouro Nacional, dessa forma estão informados como valores vinculados à aplicação em obras de infraestrutura e não integram as disponibilidades no demonstrativo do fluxo de caixa. Das obras referenciadas no quadro abaixo, o Alinhamento de cais no Porto de Santos está concluída e as demais estão paralisadas, mas com estudos sobre sua continuidade. Para projetos encerrados ou cancelados, será solicitado que a União proceda ao remanejamento dos valores para outras rubricas de investimentos.

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Alinhamento de cais no Porto de Santos (SP)	58	58
Sistema de apoio de gestão de tráfego de navios	6.876	6.876
Sistema portuário de monitoramento de cargas	2.000	2.000
Gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes líquidos	3.632	3.632
Implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos	-	19
Subtotal	12.567	12.586
Rendimentos financeiros	31	3
Saldo Total	<u>12.598</u>	<u>12.589</u>

Por vezes, a SPA necessita cumprir suas obrigações contratuais decorrentes dos serviços prestados em infraestrutura, de responsabilidade do Governo Federal, e aprovada em seu orçamento, sem que tenha recebido os respectivos recursos financeiros. Em 31/03/2021 à Companhia é credora do valor de R\$ 214 (R\$ 98 em 31/12/2020), conforme quadro abaixo:

Investimentos em Infraestrutura	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
- Reforço do cais entre os armazéns 12 e 23	98	98
- Avenida Perimetral - Santos	36	-
- Avenida Perimetral - Guarujá	80	-
Total	214	98

7. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS E DIREITOS CONTRATUAIS

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Contas a receber	181.126	187.959
Contas a receber - recuperação judicial	15.275	15.275
Perdas de crédito esperadas (PCE)	(78.987)	(73.417)
Direitos contratuais de arrendamento - Outorga	400.152	390.480
Total	<u>517.566</u>	<u>520.297</u>
Circulante	83.236	82.627
Não Circulante	434.330	437.670

(i) Nas perdas de crédito esperadas (PCE) estão incluídas apenas empresas com processos judicializados e expectativa de perda possível. Os valores a receber decorrentes das atividades da empresa estão garantidos por depósitos e/ou fianças bancárias e as eventuais perdas não possuem materialidade.

Em relação ao contas a receber, como resultado das análises, não foi identificada necessidade de constituir provisões adicionais nas operações até o presente momento. Os indicadores de inadimplência apresentaram melhora em relação ao mesmo período do ano anterior.

(ii) Direitos contratuais de arrendamento - outorga, corresponde aos saldos das outorgas das áreas STS 14 e STS 14A.

(iii) O valor de R\$ 434.330 indicado no quadro acima é composto por R\$ 34.178 de contas a receber e R\$ 400.152 de outorga.

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O detalhamento da natureza dos créditos tributários está demonstrado no quadro abaixo:

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Impostos retidos sobre faturamento	320	271
ICMS a Recuperar	102	-
CSLL a Recuperar	2.477	1.657
IRPJ a Recuperar	6.508	4.230
Outros Créditos	51	69
Total	<u>9.458</u>	<u>6.227</u>

9. PARTES RELACIONADAS

É a parte que está relacionada com a entidade, direta ou indiretamente, por meio de um ou mais intermediários, quando a parte: (i) controlar, for controlada por, ou estiver sob o controle comum da entidade (isso inclui controladoras ou controladas); (ii) tiver interesse na entidade que lhe confira influência significativa sobre a entidade; ou (iii) tiver controle conjunto sobre a entidade. E transação com partes relacionadas é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação. Para o valor abaixo apresentado, refere-se a pessoal cedido aos ministérios discriminados no quadro abaixo:

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ministério da Infraestrutura	704	50.252
(-) Valores contestados	-	(44.736)
Ministério da Economia em Itajaí/SC	19	11
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	148	136
Ministério do Trabalho	205	290
Total	<u>1.076</u>	<u>5.953</u>

(i) Com relação ao ressarcimento das despesas necessárias à gestão do Terminal Público Pesqueiro de Laguna, conforme OFÍCIO Nº 217/2021/GABSNPTA/SNPTA, o Poder Concedente, com base na NOTA TÉCNICA Nº 14/2021/CGDD-SNPTA/DGMP/SNPTA, esclareceu que o ressarcimento/aporte de recursos não se demonstra pertinente, mantendo sua negativa. Dessa forma, a SPA registra acolhimento da decisão do Poder Concedente. Assim a Companhia procedeu em março de 2021 a baixa dos valores registrados no contas a receber bem como as correspondentes provisões para perda de crédito (PCLD)

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios. Os valores dos depósitos recursais visam garantir o recurso da sentença judicial. A natureza dos depósitos está segregada abaixo:

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Depósitos Recursais Cíveis	23.343	23.042
Depósitos Recursais Trabalhistas	116.686	104.002
Depósitos Recursais Tributárias	2.962	2.961
Ações Regressivas Trabalhistas-Resp.Solidária	4.671	4.665
Total	<u>147.662</u>	<u>134.670</u>

11. BENS DESTINADOS À ALIENAÇÃO

O valor de R\$ 192 (R\$ 181 em 31/12/2020) corresponde aos bens baixados do ativo imobilizado e classificados no realizável a longo prazo, em razão de ser necessária a alienação dos mesmos por meio de leilão, cujo trâmite não permite identificar, com absoluta certeza, se o processo licitatório será realizado nos próximos doze meses e se haverá interessados na aquisição dos lotes.

12. IMOBILIZADO, LÍQUIDO

Tipo de Ativo	Saldo em 31/12/2020	Aquisições	Baixas Líquidas	Transferências Líquidas	Depreciação	Saldo em 31/03/2021
Mobiliário em Geral	1.368	11	-	(1)	(52)	1.326
Veículos	576	-	-	-	(24)	552
Máquinas Motores e Aparelhos	2.014	121	-	(1)	(100)	2.034
Equipamentos Diversos	1.437	-	-	-	(22)	1.415
Outros Bens Móveis	85	-	-	-	(2)	83
Equipamentos de Informática	7.391	45	-	(8)	(306)	7.122
Edifícios	27.773	-	(362)	-	(275)	27.136
Instalações	716.860	-	-	-	(2.709)	714.151
Obras em Andamento	51.317	1.848	-	-	-	53.165
Bens Móveis para Fins Industriais	4.173	-	-	-	(62)	4.111
Bens Imóveis para Fins Industriais	24.084	-	-	(20)	(718)	23.346
Obras de Construção - (Vias de acesso Terrestre)	156.237	-	-	-	(2.755)	153.482
Obras de Construção - (Infraestrutura Terrestre)	18.639	-	-	-	(250)	18.389
Obras de Construção - (Infraestrutura Aquaviária)	42.594	-	-	-	-	42.594
Obras de Construção - (Dragagem de Aprofundamento)	51.840	-	-	-	-	51.840
Obras de Construção - (Outras Obras Portuárias)	524.959	-	-	-	(2.368)	522.591
Total	1.631.347	2.025	(362)	(30)	(9.643)	1.623.337

13. INTANGÍVEL

O valor de R\$ 3.113 (R\$ 3.804 em 31/12/2020) refere-se a licenças de softwares adquiridas e capitalizadas com base nos custos incorridos. Esses custos estão sendo amortizados pela vida útil estimada de até dez anos.

14. SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado da SPA e com os bens da União sob uso e guarda desta Companhia, e foram contratados para o período de 01-05-2020 a 30-04-2021.

A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da companhia e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário.

A apólice de responsabilidade civil tem a cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da companhia, previstas na Lei 12.815, de 05/06/2013.

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Riscos operacionais	307.758	307.758
Automóveis	2.119	2.119
Responsabilidade civil	30.000	30.000

15. OUTROS CRÉDITOS

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Adiantamento de férias e 13°	969	816
Sinistros cobertos por apólice	283	281
Cobrança de Plano de Saúde	562	591
Diversos	250	188
Despesa Antecipada-Assinaturas e Anuidades	11	18
Multa - Pref de Santos - Proc. 54014/2006	126	126
Total	<u>2.201</u>	<u>2.020</u>
Circulante	1.852	1.732
Não Circulante	349	288

16. SALÁRIOS, PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Salários a pagar	9.112	9.614
Provisão de férias	26.580	28.101
Provisão de 13º Salário	3.212	-
Encargos sociais	5.193	6.083
Total	<u>44.097</u>	<u>43.798</u>

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias- ICMS	632	540
Retenção de tributos federais- Lei 10.833/03	2.352	1.727
Retenção para seguridade social - INSS	327	516
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	4.366	6.743
Programa de integração social - PIS	1.819	1.607
Contribuição financiamento seg. social - COFINS	8.426	7.554
Imposto sobre serviços - ISS	1.366	1.453
Imposto de Renda e Contribuição Social	10.274	9.915
Total - Curto prazo	<u>29.562</u>	<u>30.055</u>

18. PLANO DE PENSÃO E BENEFÍCIOS**18.1 - Déficit Atuarial Portus**

A gestão do plano de previdência complementar patrocinado pela companhia é responsabilidade do Portus - Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, criado em abril de 1979 para administrar o Plano de Benefícios dos empregados do sistema portuário brasileiro. O Portus é fiscalizado pelo órgão de supervisão dos fundos de pensão - Previc - Superintendência Nacional de Previdência Complementar vinculada ao Ministério da Fazenda. O Portus administra um único plano de benefício - Plano de Benefício Portus 1 PBP1-, fechado para adesões desde 2011, estruturado na modalidade de Benefício Definido - BD, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefício - CNPB da Previc sob o nº 19.780.055- 29 e multipatrocinado por 14 empresas, dentre as quais 13 de natureza pública (08 Federais, 04 Estaduais e 01 Municipal) e 01 de direito privado (próprio Portus), e sob Intervenção Federal decretada pela Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, em 22 de agosto de 2011, por meio da Portaria nº 459, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 23/08/11. As informações atuariais, de

responsabilidade de empresa de consultoria Rodarte Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda, estão apresentadas abaixo:

Passivo líquido

Passivo líquido em 2020	(921.161)
Custo no período	(14.033)
Ganhos/perdas atuariais liquidas	85.692
Contribuições do empregador para o plano	19.956
Compartilhamento de risco	(33.809)
Passivo Líquido em 2021	(863.355)

Conciliação do passivo

Plano de pensão déficit atuarial	(18.1)	372.441
Plano de pensão - TCF	(18.2)	490.914
Total		863.355

Premissas:

Premissas adotadas	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
1. Taxa de desconto (nominal)	6,52%	6,52%
2. Retorno esperado dos ativos do plano	6,52%	6,52%
3. Taxa nominal de crescimento salarial futuro	3,50%	3,50%
4. Reajuste nominal do benefício	0,00%	0,00%

Base de dados:

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Participantes ativos (passivo principal)	205	205
Participantes Assistidos / Beneficiários em gozo de benefício	4.124	4.124
Aposentados	2.524	2.524
Pensionistas	1.600	1.600
Número total de participantes	4.329	4.329
Duração da obrigação (para determinar taxa de desconto)	8,20	8,00

Valor Justo dos Ativos do Plano:

	31/03/2021		31/12/2020	
1. Principais Categorias de Ativos (%)				
2.a Disponível	-	0,00%	117	0,02%
2.b Realizável (Prev e Adm)	548.397	72,60%	544.215	71,52%
Contribuições Contradas	488.740	64,70%	487.415	0,64
Outros ativos a receber	59.657	7,90%	56.800	0,07
2.C Títulos Públicos	38.550	5,10%	40.182	5,28%
2.d Créditos Privados e Depósitos	-	0,00%	-	0,00%
2.e Ações	48.852	6,47%	48.695	6,40%
2.f Fundos de Investimentos	55.884	7,40%	63.638	8,36%
Renda Fixa	55.761	7,38%	63.515	8,35%
Imobiliário	123	0,02%	123	0,02%
2.g Investimentos Imobiliários	58.280	7,72%	58.674	7,71%
2.h Empréstimos e Financiamentos	-	0,00%	-	0,00%
2.i Outros - Depósitos Judiciários	5.415	0,72%	5.415	0,71%
Total Ativo	755.378	100,00%	760.936	100,00%
(+) Ajuste Valor de Mercado	-		862	
(-) Contribuições Contratadas	(488.740)		(487.415)	
(-) Contribuições Contratadas em atraso	(41)		(1.676)	
(-) Uso Próprio	(2.842)		(2.854)	
(-) Exigível Operacional	(1.255)		(1.937)	
(-) Exigível Contingencial	(10.712)		(10.712)	
(-) Fundo Previdencial	(12.569)		(12.813)	
(-) Fundo de Investimento	-		-	
(-) Fundo administrativo	(23.103)		(24.001)	
Valor Justo dos Ativos	216.117		220.389	
Percentual rateio (acordado 12/2019)	216.117,00		N/A	
Valor Justo dos Ativos	216.117,00		N/A	
Rentabilidade projetada para o mês	1.141,00		N/A	
Saldo Previdencial do mês	(1.766,00)		N/A	
Valor Justo dos Ativos final	215.492		220.389	

N/A - Não aplicável

Outras premissas atuariais materiais:

Detalhe	31/12/2020	31/12/2019
Rotatividade projetada dos empregados	Não Disponível	Não Disponível
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 B (Male)	AT-2000 B (Male)
Tábua Entrada em Invalidez	Hunter	Hunter
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss	Winklevoss

Conciliação da obrigação benefício definido - Segregado 2020

	ATIVOS	INATIVOS
1. Obrigação de Benefício Definido no início do ano	166.466	1.024.105
2. Custo do serviço corrente (parte patronal)	(467)	-
3. Custo dos juros	2.651	16.110
4. Contribuições de participantes do plano	755	-
5. Benefícios pagos	-	(32.124)
6. Ganho/(perda) atuarial	(16.881)	(72.178)
6.a. Ganho/(perda) atuarial - mudança de premissas	(19.216)	(76.564)
6.b. Ganho/(perda) atuarial - ajuste de experiência	2.335	4.386
6.c. Ganho/(perda) atuarial - redução de Direitos	-	-
6.d. VA Contribuições Extraordinárias (Ativos e assistidos)	-	-
7. Contribuições Extraordinárias Assistidos	-	6.395
8. Obrigação de Benefício Definido no final do ano	152.524	942.308

Análises de Sensibilidade

Montante do:	<u>Tábua</u>	<u>Tábua</u>	<u>Taxa de Juros</u>	<u>Taxa de Juros</u>
	<u>Biométrica</u>	<u>Biométrica</u>		
	agravada em 10%	desagravada em 10%	+ 0,25%	-0,25%
Valor presente da obrigação atuarial do plano	1.071.865	1.119.775	1.072.667	1.117.762
Valor justo dos ativos do plano	215.492	215.492	215.492	215.492
(Passivo) / Ativo líquido inicial	(856.373)	(904.283)	(857.174)	(902.269)
Passivo do Patrocinador com Redução de direitos (TCF)	490.947	490.947	490.947	490.947
Passivo do Patrocinador com contribuição Futuras (Assistidos)	112.161	117.174	112.245	116.963
Passivo do Patrocinador com contribuição Extraordinárias	238.044	248.685	238.222	248.237
(Passivo) / Ativo líquido a ser compartilhado	(15.221)	(47.477)	(15.760)	(46.122)
Efeito compartilhamento de riscos - participantes	7.929	24.731	8.210	24.025
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido	(848.444)	(879.552)	(848.964)	(878.244)
Contrato Reconhecimento Débitos da Empresa - (TCF)	490.947	490.947	490.947	490.947
(Passivo) / Ativo líquido Reconhecido	(357.498)	(388.605)	(358.018)	(387.298)
Variações:				
Aumento/redução obrigação atuarial	-2,10%	2,28%	-2,02%	2,09%
Aumento/redução dos ativos do plano	-	-	-	-
Variação Passivo/Ativo Reconhecido	-2,61%	2,84%	-2,52%	2,61%

O valor constante do Balanço Patrimonial de R\$ 2.442 em 31/03/2021 (R\$ 953 em 31/12/2020) é relativo à contribuição mensal devida ao Portus referente ao mês de março/2021.

18.2 – PLANO DE PENSÃO – TERMO DE COMPROMISSO FINANCEIRO

Em 21 de setembro de 1981, a empresa firmou Convênio de Adesão junto ao Portus a fim de se tornar patrocinadora do Plano de Benefícios Previdenciários Portus 1 – PBP1 administrado pela referida Entidade. Para equacionar a grave insuficiência patrimonial do PBP1, fechado para novas adesões desde 2011, foi ajustado entre os responsáveis do custeio do plano multipatrocinado pelas companhias do sistema portuário e o Portus (Entidade Administradora) a adoção de estratégia previdencial própria, desenvolvida para buscar a solvência do PBP1. Desta forma a SPA (Patrocinadora) firma o compromisso de arcar com os valores sob sua responsabilidade em razão da imposição legal de equacionar o resultado deficitário do PBP1, nos termos do art. 21 da Lei Complementar nº 109/2001. Neste Termo de Compromisso Financeiro (TCF), considerando a metodologia de cálculo constante da estratégia previdencial desenvolvida para buscar a solvência do PBP1, a Patrocinadora SPA assume a responsabilidade de arcar com o valor de R\$ 487.416, apurado em 31 de dezembro de 2020, referente aos valores devidos ao Plano de Pensão – PBP1, a título de contrapartida à redução de direitos decorrentes da alteração regulamentar, o saldo devedor remanescente em 31 de março de 2021 é de R\$ 490.914. O valor acima corrigido até a data da assinatura do termo passou a ser de R\$ 589.105. A previsão de pagamento inicial de 20% do saldo devedor, corrigido até o mês anterior ao da assinatura do Termo, foi efetuado em 22/06/2020 no montante de R\$ 117.821. O saldo devedor de 80% (oitenta por cento) será liquidado em 180 (cento e

oitenta) parcelas mensais e sucessivas, com amortização calculada pelo sistema Price, taxa de juros mensal de 0,39% (equivalente à taxa anual de 4,81%), acrescido da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC. Desta forma, está demonstrado abaixo o saldo devedor do Termo de Compromisso Financeiro após os registros contábeis acima mencionados:

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Termo de Compromisso Financeiro – Plano PBP1	487.416	589.106
(-) Pagamento da parcela de 20% do saldo devedor	-	(117.821)
(-) Pagamento de Parcelas	(11.711)	(22.526)
(+) Juros e atualização monetária	15.210	38.657
Saldo devedor remanescente	<u>490.914</u>	<u>487.416</u>
Circulante	34.450	33.615
Não circulante	456.464	453.801

18.3 – PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE E COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

		<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Benefícios a Empregados			
Plano de Assistência à Saúde	(18.3.1)	22.489	25.097
Complementação de Aposentadoria	(18.3.2)	54.427	56.210
		<u>76.916</u>	<u>81.307</u>

18.3.1 – PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

A SPA disponibiliza plano de saúde a seus empregados, ex-empregados e respectivos dependentes. O plano é administrado pela Santa Casa de Santos e operado na modalidade de preço preestabelecido, com custeio por grupo familiar, sendo que o empregado arca com 50% do valor dessa mensalidade. Quando do desligamento do empregado, a SPA deve garantir o direito de manter a sua condição de beneficiário, nos termos dos artigos 30 e 31 da Lei nº 9.656/98 e da Resolução Normativa nº 279/2011 da ANS. Conforme previsto no Acordo Coletivo vigente, para os ex-empregados, no período de 01/01/2021 a 30/04/2021, a SPA irá subsidiar 20% do valor de suas mensalidades para o plano e a partir de 01/05/2021 o ex-empregado será responsável pelo custeio integral do plano de saúde. Apesar de o ex-empregado, a partir de maio/2021, custear integralmente a sua contribuição, não recebendo mais qualquer subsídio da empresa, caso a receita total desse grupo não seja suficiente para arcar com suas despesas (assistenciais e não assistenciais), fica caracterizada a existência do subsídio cruzado oriundo da SPA, para custear uma parte da despesa. Os cálculos do compromisso da SPA com a assistência médica pós-emprego foram efetuados com base no valor do subsídio cruzado concedido pela empresa ao ex-empregado, determinado com base no valor per capita da mensalidade por grupo familiar e na distribuição etária.

PREMISSAS UTILIZADAS NOS CÁLCULOS DE 31/03/2021

Item	31/03/2021	31/12/2020
Duration dos benefícios (anos)	10,91	10,91
NTN-B(vencimento)	2.035,00	2.035,00
Taxa indicativa da NTN-B	3,9949% a.a.	3,21% a.a.
Taxa real anual de juros (adotada no desconto a valor presente)	3,9949% a.a.	3,21% a.a.
Inflação anual futura estimada	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Taxa nominal anual de juros	7,6347% a.a.	6,8224% a.a.
Taxa nominal anual esperada de retorno dos investimentos	7,3647% a.a.	6,8224% a.a.
HCCTR (health care cost trend rate)	3,28% a.a.	3,28% a.a.
Aging factor	3,08% a.a.	3,08% a.a.
Rotatividade anual	3,05%	3,05%
Tábua de mortalidade geral	AT 2000 (Basic) Masculina	AT 2000 (Basic) Masculina
Mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Composição familiar	Ativos e Assistidos: real	Ativos e Assistidos: real
Idade prevista na aposentadoria	62/65 anos	62/65 anos

SEGREGAÇÃO DO VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO

Detalhe	Valor Presente da obrigação	
	31/03/2021	31/12/2020
Benefícios a Conceder	3.148	3.580
Benefícios Concedidos	19.341	21.517
Total	22.489	25.097
Outros resultados abrangentes	8.209	2.725
Passivo atuarial - Não circulante	14.280	22.372

18.3.2 – COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

Ao se aposentarem, os empregados admitidos até 04/06/1965 passam a receber da empresa benefício vitalício de complementação de aposentadoria, definido como a diferença entre (i) o valor do salário base acrescido do adicional por tempo de serviço na época de seu desligamento, reajustado conforme a variação salarial ocorrida nos salários dos empregados ativos e (ii) o benefício de aposentadoria pago pela Previdência Oficial. O valor pago a título de complementação de aposentadorias no trimestre findo em 31/03/2021 foi de R\$ 1.638 (R\$ 1.667 no primeiro trimestre de 2020). Atualmente existem 236 ex-empregados no usufruto do benefício não extensivo aos dependentes.

Conciliação da obrigação do benefício definido

	31/03/2021	31/12/2020
1. Obrigação do benefício definido no início do exercício	56.210	55.318
2. Custo do serviço corrente	-	-
3. Custo dos juros	811	3.224
4. Benefícios pagos	(1.638)	(7.912)
5. Ganho/(perda) atuarial – Resultados Abrangentes	(956)	5.580
5.1 Ganho/(perda) atuarial – mudança de premissas	(3.811)	754
5.2 Ganho/(perda) atuarial – ajuste de experiência	2.855	4.826
6. Obrigação de benefício definido no final do exercício	54.427	56.210

19. OBRAS EFETUADAS POR ARRENDATÁRIOS

A Companhia mantém contratos de arrendamentos, oriundos de processos licitatórios, de áreas e/ou instalações localizadas dentro do Porto Organizado, com disponibilização de infraestrutura mínima de acordo com a localização, definidas por configurações denominadas “sítio padrão”, conforme a seguir descritas:

- a) Sítio de Cais: plana, terraplenada (independente da resistência do solo), desimpedida, com profundidade adequada na região contígua ao estuário, com berço disponível em termos de obras civis (na sua forma mais econômica, porém operacional);
- b) Sítio de Retroárea: plana, terraplenada, desimpedida, com acesso rodoviário pavimentado.

Nos contratos abaixo, cujas áreas demandavam investimentos para que fossem atingidas as condições mínimas exigidas nas regras descritas no “Sítio Padrão”, tais como aterros, recuperação do solo e construção de berços, os valores das obras realizadas pelo arrendatário são ressarcidos pela Companhia, de acordo com o disposto nos respectivos contratos de arrendamento, no período do prazo contratual remanescente a contar da data do aceite das obras, em parcelas mensais reajustadas. A composição está demonstrada abaixo:

Arrendatário	31/12/2020	Correção 2021	Pagamentos 2021	31/03/2021
Brasil Term. Portuário				
Contrato 24/2001 (até 01/2027)	120.948	7.351	(4.968)	123.331
Correção: IGP-M/mensal				
Ecoporto Santos S/A				
Contrato 28/1998 (até 06/2023)	5.932	65	(600)	5.397
Coprrreção: TJLP/trimestral				
Total	126.880	7.416	(5.568)	128.728
Curto Prazo	22.255			23.541
Longo Prazo	104.625			105.187

20. PROCESSOS JUDICIAIS E CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em ações judiciais decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. Com base em informações do Departamento Jurídico, a empresa constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

20.1 Processos judiciais provisionados:

Provisão trabalhista

Nos processos trabalhistas, destacam-se: (i) ações individuais de revisão da metodologia de cálculo da complementação de aposentadoria; (ii) diferenças de cálculo de horas extras e seus reflexos nos repouso semanais remunerados; e (iii) adicional noturno.

Provisão cível

Refere-se basicamente a: (i) pleitos de atualização monetária e juros envolvendo contratos de prestação de serviços; e (ii) indenizações por lucros cessantes. O quadro abaixo demonstra a movimentação dos valores provisionados:

Movimentação	Provisões Trabalhistas	Provisões Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2019	228.944	254.695	483.639
(+) Adições	11.237	32.637	43.874
(-) Reversão e baixas	(36.465)	(19.348)	(55.813)
Saldo em 31/12/2020	203.716	267.984	471.700
(+) Adições	6.332	7.187	13.519
(-) Reversão e baixas	(1.384)	-	(1.384)
Saldo em 31/03/2021	208.664	275.171	483.835
Circulante	198.395	181.321	379.716
Não Circulante	10.269	93.850	104.119

20.2 Processos judiciais não provisionados

O montante estimado para processos judiciais cujas probabilidades de perdas foram avaliadas como possíveis, representativos de contingências passivas relacionadas a questões trabalhistas e cíveis estão apresentados abaixo:

Natureza	31/03/2021	31/12/2020
Processos Trabalhistas	105.259	105.489
Processos Cíveis	2.451.707	2.448.267
TOTAL	<u>2.556.966</u>	<u>2.553.756</u>

Com relação aos processos cíveis considerados pelo Departamento Jurídico como possíveis, destacamos os três mais relevantes, que representam 81,90% R\$ 2.094.170 do montante total R\$ 2.556.966, (em 31/12/2020 representavam 85,54%) após a devida revisão, no âmbito de tal classificação, do entendimento que vinha sendo dado ao assunto por gestões anteriores.

Parte Contrária	Foro	31/03/2021	31/03/2020
Portus – Instituto de seguridade Social	Rio de Janeiro	1.549.014	1.549.014
Rodrimar S/A Transportes	Santos	361.021	361.021
Consórcio Draga Brasil	Seção Judiciária do DF	184.135	184.135
Subtotal		<u>2.094.170</u>	<u>2.094.170</u>
Outros Processos		357.537	354.097
Total		<u>2.451.707</u>	<u>2.448.267</u>

PORTUS – O montante mencionado e considerado para fins de provisionamento, no processo impetrado pelo Portus – Instituto de Seguridade Social, correspondente ao valor dado à causa, tendo em vista a ausência de sentença de mérito até o momento, refere-se ao montante total do movido pela entidade contra todas as patrocinadoras, como forma de reajustamento do seu déficit atuarial.

RODRIMAR – Processo sensível, tendo em vista a impossibilidade, neste momento, de mensurar o real valor devido, sendo certo que este vem sendo provisionado, como provável, no montante de R\$ 80 milhões, correspondentes à atualização da manifestação técnica anterior da SPA nos autos (ano de 2010) no âmbito da Justiça Estadual. Quanto ao mesmo processo, igualmente se verifica a alocação do montante de R\$ 361 milhões como possível, correspondentes à diferença atualizada do valor defendido pela empresa Rodrimar. Neste momento pendente decisão judicial crucial para o adequado estabelecimento dos valores em discussão, sendo certo que de um lado encontram-se esta SPA e a União Federal pleiteando a realização de nova prova pericial contábil, sob parâmetros técnicos que passaram ao largo da perícia anteriormente realizada (Justiça Estadual) e posteriormente anulada, enquanto que, por outro lado, encontra-se a empresa Rodrimar pleiteando a revalidação do citado laudo pericial, justificando, assim, a “quebra” de provisão sob dois critérios de classificação (provável e possível).

DRAGA – Processo movido pelo consórcio contra a União e a SPA, pleiteando o reconhecimento do direito ao reequilíbrio econômico-financeiro no ambiente do contrato administrativo Nº 18/2009 firmado a União Federal por meio da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República – SEP, em que a Codesp figurava apenas como interveniente-anuente. O objeto do contrato foi a dragagem por resultado nos acessos aquaviários no Porto de Santos, compreendendo a dragagem de aprofundamento e manutenção.

Processos judiciais: IPTU

As prefeituras municipais de Santos e Guarujá entendem que o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU incide sobre os imóveis utilizados no Porto de Santos, de propriedade da União, e que não estão registrados no ativo imobilizado da SPA. Os julgamentos do Supremo Tribunal Federal (processos nº 3029/95, 4099/94, 1982/04, 7099/92, 5787/95 e 5765/95) por meio da 1ª e 2ª Turmas reconheceram a não incidência do IPTU sobre os imóveis da União, administrados pela SPA, entendimento este confirmado mediante o julgamento pelo Pleno (Recurso Extraordinário 253472).

21. RECEITA DIFERIDA

Os contratos de arrendamentos assinados com a SPA envolvem pagamentos feitos antecipadamente, que são reconhecidos em base linear durante a vigência do contrato de arrendamento comercial. No resultado do trimestre findo em 31/03/2021 foi reconhecida à receita a importância de R\$ 8.945 (R\$ 6.426 em 31/03/2020), conforme composição abaixo:

Contratos	69/97	02/09	01/10	45/16 ^F	04/20 ^F	05/20	Total
Saldo 31/12/2019	14.879	131.270	164.658	1.171	-	-	311.978
Apropriações no período	(5.101)	(8.752)	(10.977)	(878)	-	-	(25.708)
Entrada	-	-	-	-	250.000	255.000	505.000
Saldo em							
31/12/2020	9.778	122.518	153.681	293	250.000	255.000	791.270
Apropriações no período	(1.276)	(2.188)	(2.744)	(220)	(1.666)	(850)	(8.945)
Saldo em							
31/03/2021	8.502	120.330	150.937	73	248.334	254.150	782.326
Apropriação em meses	300	300	300	60	300	300	
Meses Faltantes	19	165	165	1	298	299	

22. CRÉDITOS DA UNIÃO PARA AUMENTO DE CAPITAL

A União destina recursos ao programa de investimentos no Porto de Santos, com a contrapartida de crédito para aumento de capital, conforme Decreto N° 10.498, de 28 de setembro de 2020. Nos recursos recebidos pela SPA, enquanto não capitalizados, incidem encargos financeiros com base na variação da taxa Selic, conforme previsto no decreto 2.673/98.

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo Inicial	866.079	842.445
Créditos da UNIÃO no exercício	-	612
Encargos financeiros - Decreto 2673/98	4.130	23.022
Saldo final	<u>870.209</u>	<u>866.079</u>

23. OUTRAS OBRIGAÇÕES

O adicional de tarifa portuária - ATP incidente sobre as tabelas das tarifas portuárias foi criado pela Lei 7.700/1988, que foi revogada pela Lei 9.309/1996. O adiantamento de tarifas portuárias são depósitos de garantia efetuados pelos usuários do porto.

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Adicional de tarifa portuária	6.476	6.476
Adiantamento de Tarifa Portuária	13.392	8.463
Cauções	4.193	4.449
Empréstimos para funcionários	249	252
Pensões Judiciais	490	506
Contribuições Sociais e Sindicais	301	284
Diversos	255	976
Total	<u>25.356</u>	<u>21.406</u>
Circulante	25.356	21.406
Não Circulante	-	-

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Capital Social em 31 de março de 2021 é representado por 136.827.367.225 ações ordinárias e 136.852.828.482 preferenciais, ambas as espécies nominativas, sem valor nominal e de classe única. A SPA é uma empresa pública e tem como únicos acionistas a União Federal, com 273.680.195.271 ações (99,99999984%) e o Município de Santos, com 436 ações (0,00000016%).

25. RECONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA PARA A RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas são provenientes das tarifas cobradas pela utilização da infraestrutura portuária e dos arrendamentos de áreas dentro do Porto organizado de Santos, apresentada abaixo:

Receitas tarifárias	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
- Utilização da infraestrutura portuária	139.149	134.316
- Utilização da infraestrutura terrestre	31.051	28.409
- Fornecimento de energia	9.835	10.478
- Outras receitas	2.908	3.507
Total Receitas Tarifárias	182.943	176.710
Receitas de arrendamento	107.300	105.695
Receita Total	290.243	282.405
- Imposto sobre serviços - ISS	(8.570)	(8.209)
- Imposto sobre circulação de mercadorias- ICMS	(1.770)	(1.886)
- Programa de integração social - PIS	(4.765)	(4.634)
- Contribuição financiamento seg.social- COFINS	(21.949)	(21.344)
Total	<u>253.189</u>	<u>246.332</u>

As receitas tarifárias estão classificadas:

- Utilização da Infraestrutura aquaviária:
Envolve as cobranças pela utilização do acesso aquaviário e berços de atracação e remunera os serviços de dragagem, balizamento, batimetria, sinalização e de preservação do meio ambiente.
- Utilização da Infraestrutura Terrestre:
Remunera as operações na infraestrutura terrestre e as despesas equivalentes ao "condomínio" (áreas comuns do Porto para acesso aos terminais, pagas pelos arrendatários);
- Serviços Gerais:
A empresa fornece água por meio de sistema próprio de captação e de tratamento e de energia elétrica por meio da usina hidrelétrica situada no município de Bertioga e de outros serviços complementares.

25.1 RECEITAS DE ARRENDAMENTO

Os bens imóveis das áreas arrendadas pela empresa estão sob a sua guarda, responsabilidade e gestão nos termos do decreto 85.309 de 30/10/1980 e são de propriedade do Governo. Todos os contratos, bem como, as demais informações estão disponíveis no site www.portodesantos.com.br.

26. CUSTOS OPERACIONAIS

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	29.510	37.002
Encargos sociais	9.545	11.570
Serviços de terceiros	25.294	20.377
Depreciação	10.335	11.128
Aluguéis	1.763	349
Utilidades e serviços, materiais	2.609	2.333
Total	<u>79.056</u>	<u>82.759</u>

27. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

(i) Os órgãos colegiados da SPA possuem membros pertencentes ao Governo Federal, que poderiam ser considerados partes relacionadas, porém, ressaltamos que não há nenhuma diferença entre os honorários pagos a eles e os outros membros não pertencentes à União. (ii) Em conformidade com a Lei 14.047/2020 e o convênio SPA 01/2020, a Companhia é obrigada a ressarcir ao Órgão Gestor de Mão de Obra – Ogmo o salário médio aos trabalhadores afastados devido à covid-19 que pertençam ao grupo de risco.

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	21.793	24.456
Encargos sociais	4.424	5.550
Serviços de Terceiros	1.547	2.928
Aluguéis	138	1.700
Utilidades e serviços e materiais	1.444	1.819
Impostos, taxas e contribuições	1.014	832
Demandas judiciais	14.685	7.034
Órgãos Colegiados	936	907
OGMO Ressarcimento Convênio SPA 01/2020	363	-
Outras despesas	273	324
Total	<u>46.617</u>	<u>45.550</u>

28. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
Ganho atuarial benefício definido	1.346	-
Cessão do direito de operacional F.Pagamento	220	220
Indenizações e Multas Contratuais	6	134
Venda de Materiais –Sucatas e Outros	10	-
Doações Recebidas	4	-
Diversas	19	-
Total	<u>1.605</u>	<u>354</u>

29. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
Provisão riscos cíveis e tributários	-	2.414
Provisão trabalhista	-	6.641
Perdas de crédito esperadas	5.568	-
Multas	368	70
Plano de Desligamento Incentivado – PIDV	-	13.614
Custo do benefício definido- Portus-Ativo/Assistidos		19.931
Custo do benefício definido- Comp.de aposentadoria	810	-
Plano de Saúde	445	-
Perda na Baixa de Ativos Imobilizados	363	-
Outras	40	24
Total	<u>7.594</u>	<u>42.694</u>

30. RESULTADO FINANCEIRO

Receitas Financeiras	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
Juros e variação monetária	11.359	471
Rendimentos de aplicações financeiras	753	9.269
Outras	174	32
Receitas Financeiras Totais	12.286	9.772
Despesas Financeiras		
Variação monetária	(7.417)	(2.929)
Juros pagos ou incorridos	(19.381)	(8.608)
Despesas Financeiras Totais	(26.798)	(11.537)
Resultado Financeiro, líquido	(14.512)	(1.765)

31. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O reconhecimento dos créditos fiscais diferidos ativos leva em consideração avaliações de incertezas sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro no contexto de leis fiscais aplicáveis, bem como na projeção de lucro tributável para os exercícios subsequentes, sendo tal projeção revisada anualmente. A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros e que não ultrapassam dez anos.

Os créditos fiscais diferidos ativos foram reconhecidos com base na projeção de lucro tributável nos exercícios subsequentes e serão realizados na proporção da realização das provisões.

	31/12/2020			
	VALOR R\$	IRPJ - 25%	CSLL - 9%	Ativo Diferido
Provisão Trabalhista	203.716	50.929	18.334	69.263
Provisão Cível	267.983	66.996	24.119	91.115
Perdas de crédito esperadas	73.417	18.354	6.608	24.962
Prejuízo Fiscal IRPJ	750.349	187.587	-	187.587
Base Negativa CSLL	746.836	-	67.215	67.215
Provisão Fornecedores	33.517	8.379	3.017	11.396
Impairment	14.621	3.655	1.316	4.971
Total Geral	2.090.439	335.900	120.609	456.509
Elementos	31/03/2021			
	Valor R\$	IRPJ - 25%	CSLL - 9%	Ativo Diferido
Provisão Trabalhista	208.665	52.167	18.779	70.946
Provisão Cível	275.170	68.792	24.765	93.557
Perdas de crédito esperadas	78.987	19.747	7.109	26.856
Prejuízo Fiscal IRPJ	716.488	179.122	-	179.122
Base Negativa CSLL	712.875	-	64.159	64.159
Provisão Fornecedores	22.722	5.681	2.045	7.726
Impairment	14.106	3.527	1.269	4.796
Total Geral	2.029.013	329.036	118.126	447.162

32. REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

As remunerações mensais (base: março/2021) pagas pela empresa aos seus dirigentes e funcionários, incluídas todas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos, foram:

<u>ADMINISTRADORES</u>	<u>em reais</u>
- Maior remuneração	40.062,37
<u>EMPREGADOS</u>	
- Maior remuneração	44.939,52
- Menor remuneração	1.303,80
- Salário médio	11.564,43

FERNANDO HENRIQUE
PASSOS BIRAL:17269315876

Assinado de forma digital por
FERNANDO HENRIQUE PASSOS
BIRAL:17269315876
Dados: 2021.05.13 17:11:55 -03'00'

FERNANDO H.PASSOS BIRAL
Diretor Presidente

MARCUS DOS SANTOS
MINGONI:14652221894

Assinado de forma digital por
MARCUS DOS SANTOS
MINGONI:14652221894
Dados: 2021.05.13 17:06:23 -03'00'

MARCUS DOS SANTOS MINGONI
Diretor de Administração e Finanças

ALEXANDRE DE
ALMEIDA
ANTUNES:983185517
53

Assinado de forma digital por
ALEXANDRE DE ALMEIDA
ANTUNES:98318551753
Dados: 2021.05.13 16:44:07
-03'00'

Alexandre de Almeida Antunes
Gerente de Contabilidade
CRC RJ 091103/O-7